

O MOVIMENTO SOCIAL DO PRECARIADO, CARÊNCIA DE FUTURIDADE E NECROSE DO CAPITALISMO DE BEM-ESTAR SOCIAL EM PORTUGAL

GIOVANNI ALVES*
DORA FONSECA**

RESUMO

O objetivo do artigo é expor, num primeiro momento, as dimensões da precarização salarial em Portugal na década de 2000. A precarização salarial se manifesta pelo crescimento do precariado, isto é, o conjunto de trabalhadores jovens-adultos altamente escolarizados inseridos em relações de trabalho precário como falso trabalho independente (os falsos recibos verdes), os contratos a prazo e o trabalho temporário. Num segundo momento, iremos discutir os movimentos sociais do precariado e as perspectivas do capitalismo português nas condições da crise europeia.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, capitalismo, Portugal, movimentos sociais, precariado.

ABSTRACT

The objective of this article is to expose, at first, the dimensions of wage precariousness in Portugal in the 2000s. The job insecurity is manifested by growth of precariat, i.e., the set of young-adults workers highly educated placed in precarious employment relationships as false independent work (false green receipts), fixed-term contracts and temporary work. Secondly, we will discuss the precariat social movements and the prospects of portuguese capitalism under the European crisis conditions.

KEYWORDS: labor, capitalism, Portugal, social movements, precariat.

Com a introdução da moeda única (o Euro) em 2000, acelerou-se a derrocada do modelo social europeu, principalmente nos países da Europa mediterrânea com economias frágeis no cenário de competitividade interna da União Européia, como é o caso de Portugal. A crise financeira de 2008 e o desdobramento da crise das dívidas soberanas em 2011, cumpriu a função histórica de realizar por meio da austeridade neoliberal imposta pela troika (FMI, BCE e Comissão Européia), a necessária equalização descendente das taxas de exploração diferencial no plano do mercado mundial, preservando, deste modo, o projeto da União Européia como construção hegemônica da grande burguesia financeira franco-alemã.¹

Na década de 2000 cresceu na União Européia, com destaque para Portugal, um dos elos mais fracos do “núcleo orgânico” do capitalismo europeu, o contingente de desempregados e trabalhadores assalariados precários (em Portugal, o desemprego atingiu em Fevereiro de 2012, os 15.4%, subindo para 17.8% em Fevereiro de 2013, o que o coloca entre os quatro países da zona euro em que se registaram as taxas mais elevadas de desemprego – os outros três são a Grécia, Chipre e Espanha).² Ao mesmo tempo, o arrocho salarial e o corte de regalias sociais atingiu amplos contingentes da “classe média” assalariada vinculada a função pública sob ameaça da programática neoliberal.³ Portugal segue as tendências expressivas que vêm a ganhar corpo na maior parte dos países membros da União Europeia. Segundo dados do Eurostat, estima-se que, em Abril de 2013, 26.588 milhões de pessoas na Europa dos 27 estavam desempregadas, das quais 19.375 milhões pertenciam à zona euro. Comparativamente, em Março do mesmo ano, o número de pessoas desempregadas aumentou em 104.000 na Europa dos 27 e em 95.00 na zona Euro. Analizando os dados de Abril de 2012 é possível observar uma tendência expressiva e preocupante: o

desemprego aumentou em 1 673 000 na Europa dos 27 e em 1 644 000 na zona euro.

O aumento do desemprego jovem (pessoas com menos de 25 anos) é outra tendência preocupante. Em Abril de 2013, 5.627 de pessoas estavam desempregadas na Europa dos 27, das quais 3.624 na zona euro. Coparativamente a Abril de 2012, o desemprego jovem aumentou em 100 000 na Europa dos 27 e em 188 000 na zona euro. As taxas de desemprego jovem registadas, em Abril de 2013, para a Europa dos 27 e para a zona euro são respetivamente, 23.5% e 24.4%. Mais uma vez, Portugal encontra-se entre os quatro países em que foram registadas as taxas mais elevadas, com 42.5% (os restantes países são a Grécia com 62.5% em Fevereiro de 2013, a Espanha com 56.4% e a Itália com 40.5%). Note-se que, em Portugal, a taxa de desemprego jovem registada em 2012 era 37.7%.

A crise social europeia na década de 2000, sob a vigência da precarização estrutural do trabalho, ampliou o precariado, camada social da “classe” do proletariado tardio, espectro da nova pobreza social que expõe homens e mulheres à condição de proletariedade extrema.⁴ O precariado representa hoje o fenómeno universal da massa "destituída de propriedade" nas condições do capitalismo do século XXI com alto grau de desenvolvimento das forças produtivas.⁵

A nova precariedade salarial em Portugal.

A tendência de precarização estrutural do trabalho manifestou-se de forma intensa e extensa em Portugal na década de 2000. Ela constituiu a nova precariedade salarial caracterizada pelo falso trabalho independente (os falsos recibos verdes), os contratos a prazo e o trabalho temporário. Em 2010, Portugal era o terceiro país da União Europeia com maior índice de precariedade laboral. Cerca de 23,2% dos trabalhadores assalariados tinham contrato a termo ou outro tipo de

vínculo precário. Portugal encontrava-se atrás apenas da Espanha e da Polónia (com valores superiores a 25%), mas bastante acima da média europeia (14,4%). A maior parte dos vínculos laborais precários – 54,6% – atingiam trabalhadores assalariados entre os 15 e os 24 anos.⁶

Deve-se observar que, de 2000 a 2009, caiu em Portugal o número de trabalhadores do setor privado com idade entre os 15-24 anos, diminuindo progressivamente de 435,367 mil em 2000 para 281,538 mil em 2009. Esta tendência traduziu-se na diminuição do peso relativo da população desta faixa etária no total da população trabalhadora: de 16,5% em 2000 para 9,0% em 2009 (por outro lado, no grupo etário dos 25-34 anos, o número de trabalhadores aumentou de 830,205 mil para 939,883 mil, mas o peso relativo deste grupo de trabalhadores passou de 31,4% no primeiro período considerado para 30,1% em 2009).

Ao mesmo tempo, verificou-se, nesse período, o aumento de 18% do número de jovens com formação escolar superior (de 16.056 mil para 18.954 mil). A tendência de qualificação da população jovem é constatável pelo crescimento do peso relativo dos trabalhadores com ensino superior face ao total da população trabalhadora de uma determinada faixa etária: em 2000 esse peso era de 3,9% e 14,0% na faixa etária dos 15-24 e 25-34 anos, respectivamente; em 2009 esses valores aumentam para 7,3% e 31,0%.

Entretanto, a tendência de aumento da qualificação do trabalhador jovem na década de 2000 ocorreu ao lado do aumento significativo da precariedade laboral na faixa etária dos 15-24 anos: os trabalhadores com idade entre os 15-24 anos que tinham, em 2000, *contratos a termo* representavam 36,8% do total dos trabalhadores desse grupo etário; em 2009, esse valor aumentou para os 50,7%. No caso dos trabalhadores com 25-34 anos, esse aumento foi de mais de 13 pontos percentuais (dos 20,2% para os 33,6%). Esta tendência de precarização dos vínculos laborais pode também ser lida tendo em conta a evolução do peso

relativo dos *contratos sem termo* (na faixa etária dos 15-24 passou de 53,4% para 40,8%; no outro grupo etário, dos 70,7% para os 61,9%).⁷

Deste modo, a camada social do precariado tendeu a ser constituída por aqueles jovens-adultos altamente escolarizados que se encontra desempregada ou inserida em contratos de trabalho precário. Eles são os “precários” originários da “geração à rasca” que se contrasta, por exemplo, com a geração mais velha, considerada “privilegiada” por inserir-se em relações de emprego estável e com direitos.⁸

Precariado, carência de futuridade e temporalidade decapitada do capital.

Na ótica liberal, não existe nada para além do capitalismo, a não ser o próprio capital em sua forma arcaica (as experiências pós-capitalistas do século XX). No princípio, era o homem burguês – eis o que diz o livro dos “Genesis” do capital. Esta é a perspectiva epistemológica e moral da economia política tão criticada por Marx. A presentificação histórica do capitalismo tal como operava a economia política é a versão clássica (e elegante) da presentificação crônica que entorpece o precariado sob o capitalismo manipulatório.

Como observou o filósofo Henri Bergson no começo do século XX, “nós praticamente só percebemos o passado”, com o “presente puro sendo o avanço invisível do passado consumindo o futuro”. O que significa que o “presente puro” não existe; ele é apenas “o passado consumindo o futuro”. O que Bergson descreve, sem o saber, é a ontologia da temporalidade do capital, onde o passado, com sua inércia amortecedora, domina o presente, eliminando as chances de uma ordem futura qualitativamente diferente. Na verdade, para István Mészáros a temporalidade do capital é uma “temporalidade decapitada”, isto é, temporalidade restauradora, “a paralisante temporalidade restauradora do capital”, tendente a construir um “futuro” como uma espécie de versão

do *status quo ante*. Deste modo, a temporalidade do capital que hoje se afirma não é uma temporalidade aberta, mas sim uma temporalidade fechada que não liga o presente a um futuro de verdade que já se abre à frente.⁹

No caso dos “precários”, eles têm a percepção clara da temporalidade fechada do capital, percepção estranhada de perda do futuro que os projeta, no plano da contingência, na “presentificação crônica” do metabolismo social do capital. Ideologicamente, na sua consciência contingente, incorporam a presentificação histórica do capitalismo posta pela consciência liberal. Na verdade, a consciência liberal só traduz, no plano ideológico, o modo de ser da “paralisante temporalidade restauradora do capital”.

Nas condições do poder da ideologia e da constituição da “multidão” do precariado, coloca-se hoje, mais do que nunca, a necessidade radical da luta ideológica que, num mundo social do trabalho precário, torna-se mais candente tendo em vista a exacerbação da manipulação como modo de afirmação do capital como sociometabolismo estranhado.

A “carência de futuridade” expressa por muitos jovens-adultos “precários” no documentário “Precários Inflexíveis”,¹⁰ expressa, com vigor, um elemento de desefetivação do ser genérico do homem, ou seja, uma das principais características do fenômeno do estranhamento,¹¹ segundo Georg Lukács. Um jovem trabalhador precário português de 26 anos observou:

O problema para mim essencial é não conseguir planejar meu futuro. Não consigo ter noção daqui a três meses que é que eu vou estar a fazer; daqui a três meses que dinheiro que eu vou ter no banco; quais são minhas perspectivas de emprego; se posso ou não ter filhos; se posso ou não morar com alguém. Acho que este é o principal problema da precariedade, além dos vínculos laborais precários, dos baixos salários, etc; com eles vem sempre esse futuro que nos estão a tirar e além de todos outros direitos laborais(...).

E conclui: “Ser precário é acordar de manhã e não saber se o dia que nos espera vai ser ainda pior que o anterior.”

Este depoimento do jovem trabalhador precário português é um depoimento paradigmático da condição de proletariado do precariado em Portugal hoje. Ele expressa o que é comum aos demais depoimentos de trabalhadores precários exibidos no decorrer do documentário: a ansiedade perante o futuro. Não se trata apenas de um problema social (vínculos laborais precários, baixos salários, falta de direitos laborais), mas sim, trata-se de um problema existencial que corrói a individualidade pessoal. Na verdade, a precariedade interdita a vida pessoal do sujeito de classe (“se posso ou não ter filhos” ou “se posso ou não morar com alguém”). É a alienação/estranhamento na sua dimensão radical.

Para a camada social do precariado, trabalhadores jovens-adultos altamente escolarizados que não conseguem se inserir na cidadania salarial construída pelo Estado de bem-estar social, o principal problema da precariedade é “esse futuro que nos estão a tirar”. Esta percepção de futuro hipotecado é um traço recorrente no discurso de indignação de jovens-adultos que construíram sua individualidade pessoal de classe baseada na perspectiva da carreira e perspectiva de consumo. Educação, emprego/carreira e consumo foram a implicação subjetiva da juventude construída pelo capitalismo europeu de bem-estar social e reproduzida nas últimas décadas pelo discurso social-democrata.

Na verdade, o capitalismo manipulatório que se constituiu nos “trinta anos perversos” se baseou na seguinte implicação paradoxal:

Por um lado, o discurso de compatibilização entre capitalismo liberal, democracia representativa e Estado de bem-estar social. Construiu-se, a partir daí, a utopia educacional da juventude baseada na ideia do capital humano onde a alta escolaridade seria o lastro do emprego-padrão por tempo indeterminado, perspectiva de carreira profissional e o ethos do consumismo. É o ideal da boa vida no interior da ordem burguesa, onde se renuncia a utopia da emancipação social pela utopia dos pequenos sonhos individuais de carreira e consumo. A cultura neoliberal disseminou nos “trinta anos perversos” de capitalismo global os valores-fetiche do individualismo possessivo. Esta perspectiva ideológica do capitalismo mais desenvolvido envolveu em sua larga maioria, a “classe média” assalariada, lastro político dos partidos socialistas e social-democratas.

Por outro lado, ao lado do discurso ideológico social-democrata, a partir da década de 1980, ocorreu, sob pressão da acumulação capitalista

predominantemente financeirizada, a corrosão persistente do Estado-Providência. Desde a década de 1980, no núcleo orgânico do capitalismo global (EUA e União Européia), governos conservadores e neoliberais (e inclusive, governos socialistas e social-democratas) passaram a adotar políticas de cariz neoliberal que contribuíram para a corrosão do Estado social.

De modo lento e persistente, amplia-se a mancha de precariedade laboral sob a vigência da flexibilidade laboral. Instaurou-se a era da precarização estrutural do trabalho, com a disseminação de várias modalidades do trabalho precário ao lado do desemprego de massa que atinge principalmente a juventude trabalhadora européia. Nos “trinta anos perversos” de crises financeiras persistentes do capitalismo global, aprofundou-se, principalmente entre a geração nascida na década de 1980 e que na década de 2000 busca realizar seu sonho de cidadania salarial, a frustração com as promessas sociais-democratas.

Entretanto, a implicação paradoxal do capitalismo social-democrata agudizou-se na mesma medida em que aumentou a capacidade de manipulação ideológica e ilusionismo político da ordem burguesa hipertardia. Na era de precarização estrutural do trabalho, as jovens gerações de proletários de “classe média” que constituem o precariado, vivem sob o fogo cruzado do capitalismo manipulatório.

No plano da consciência de classe contingente, expõe-se a carência de futuridade. Torna-se cada vez mais claro na percepção da consciência de classe contingente que o capitalismo global hipotecou o futuro de jovens-adultos que cumpriram tudo aquilo que a ordem burguesa receitou para obterem o sucesso, mas não encontraram um “lugar ao sol”, com a incapacidade do próprio sistema incluí-los como força de trabalho produtiva.

Por exemplo, num dos depoimentos contidos no documentário “Precário Inflexíveis”, um jovem de 28 anos reconhece que é “explorado por um sistema pelo qual eu posso contribuir muito mais do que ele me permite contribuir”. Eis a confissão da frustração irremediável do jovem precário: o sistema do capital não lhe permite contribuir na medida em que ele é capaz de contribuir. É a inversão radical estranhada do ideal da sociedade socialista cujo lema, de acordo com Karl Marx no Programa de Gotha, seria “de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.” Na verdade, a carência de futuridade do precariado é a projeção no plano da consciência de classe contingente, da

carência do comunismo posto hoje, mais do que nunca, como necessidade histórica civilizacional.

No livro “Para além do capital”, István Meszários, um dos críticos radicais da perspectiva ideologia social-democrata, observou o seguinte: “A inalterável temporalidade histórica do capital é *a posteriori* e *retrospectiva*. Não pode haver futuro num sentido significativo da expressão, pois o único ‘futuro’ admissível já chegou, na forma dos parâmetros existentes da ordem estabelecida bem antes de ser levantada a questão sobre ‘o que deve ser feito’.” Portanto, é sob as condições da crise estrutural do capital que explicita-se com vigor um dos traços candentes da ordem burguesa e uma particularidade radical da nossa época histórica que se distingue de outras épocas do capitalismo histórico: a interdição persistente da futuridade.

Quando o sistema do capital não consegue “incluir” em seus parâmetros socio-reprodutivos, trabalhadores jovens-adultos altamente escolarizados de acordo com as prescrições e proscricções da ordem burguesa, há algo de podre no reino da Dinamarca. O espectro do precariado, como o espectro de Hamlet, é expressão do apodrecimento da ordem burguesa.

O precariado em Portugal.

Na década de 2000 surgiu em Portugal um conjunto de organizações sociais do precariado. Podemos destacar entre elas, o FERVE (Fartos d’Estes Recibos Verdes) e os “Precários Inflexíveis” (PI). Elas nasceram ao lado dos sindicatos e das centrais sindicais tradicionais (CGTP e UGT), que representam outras camadas da classe social do proletariado: os trabalhadores assalariados estáveis, a maior parte deles trabalhadores públicos. Os trabalhadores precários ou a camada social do precariado expõem a necrose do capitalismo do Estado de bem-estar social. No plano ideológico, os precários reivindicam, no plano da consciência contingente, a afirmação dos ideais da democracia vinculados às promessas da civilização fordista-keynesiana.

Os movimentos de trabalhadores precários reclamam de uma forma geral, o reconhecimento da centralidade do problema da precariedade na sociedade contemporânea e procuram impulsionar a adoção de medidas concretas no âmbito do seu combate. Ao darem visibilidade ao fenómeno da precariedade laboral suscitaram um debate e reflexão amplos acerca do carácter central do trabalho nas experiências individuais e coletivas, e desencobriram a dupla dimensão que este

comporta – a precariedade não se reporta apenas à questão laboral, é também precariedade da vida –, reforçando ainda mais a ideia de que estamos perante um fenómeno complexo e extremamente heterogêneo. A luta contra a precariedade não se restringe à luta pelo trabalho digno, é também uma luta pelo direito à vida, ou melhor, dizendo, pelo direito a uma vida com qualidade e dignidade. Portugal não constitui uma exceção a esta tendência e durante a última década têm vindo a proliferar, em território nacional, movimentos deste tipo.

A precariedade exprime-se em trajetórias individuais extremamente diversificadas, evidenciando uma franca expansão que atinge aleatoriamente os indivíduos e que, simultaneamente, degrada as condições de vida e limita a capacidade de estes se projetarem no futuro. A precariedade vem desestabilizar as expectativas de mobilidade ascendente construídas por uma juventude que assimilou os padrões de vida dos seus pais e construiu expectativas que, no entanto, veem defraudadas. As trajetórias de vida precárias assumem cada vez mais um carácter permanente ao contrário da esperada transitoriedade que lhes era atribuída enquanto fase de entrada no mercado de trabalho. Cada vez mais as experiências de precariedade são encaradas com naturalidade, como se fossem uma fase pela qual todos temos de passar, e a sua continuidade temporal é um facto consumado.

Esta realidade encontra grande expressão em Portugal, onde milhares de jovens – incluindo aqueles que têm um curso superior – entram no mercado de trabalho em piores condições, tanto remuneratórias como de segurança no emprego, que a geração anterior. Os jovens não são os únicos a serem afetados. A precariedade laboral atinge também aqueles que se situam na faixa etária dos 35 aos 55 anos e têm menos qualificações, ou que em dado momento foram afastados do seu emprego de longa data, sendo menores as probabilidades de encontrarem um emprego satisfatório. O clima de insatisfação e de contestação gerado por esta situação cresce de dia para dia e penetra outros estratos da população, levando ao questionamento da inevitabilidade das mudanças e à emergência de grupos que se propõem a refrear a propagação das ideologias neoliberais e a apontar caminhos alternativos.

O aparecimento dos movimentos de trabalhadores precários espelha o descontentamento face à rápida degradação das condições de trabalho imposta pela precariedade laboral e à forma como esta última se repercute nas experiências e projetos de vida dos indivíduos e os destitui

da sua capacidade controlo; e a descrença perante as formas de ação tradicionais que demonstram não se adequar aos novos desafios que se colocam. À medida que a classe trabalhadora se vai tornando cada vez mais heterogênea é evidente a necessidade de inovar as formas de luta e de dar novos contornos à ação coletiva. Estes movimentos procuram articular com outros campos da sociedade civil e com o poder político. Procuram superar a individualização crescente das relações de trabalho e, em particular, o isolamento a que se encontram votados os trabalhadores precários.

No processo de mobilização têm sido fundamentais a presença de fatores culturais e o apelo a identidades estruturadas contra a globalização neoliberal e os seus efeitos desreguladores. A mobilização dos indivíduos está dependente da sua identificação com os objetivos e formas de ação que diferem das práticas sindicais de pendor tradicional que, no seu geral, são dirigidas a trabalhadores abrangidos por um vínculo contratual estável e visam sobretudo a negociação em torno de questões salariais e da melhoria das condições de trabalho. Estes movimentos visam, portanto, preencher o vazio existente no que toca à organização dos trabalhadores precários. Em termos gerais, veiculam uma crítica à ação das instituições como os sindicatos, acusando-os de serem complacentes face à progressiva retirada de direitos anteriormente conquistados.

Os canais de comunicação que utilizam – contacto telefónico, sms's, emails, flyers – são meios bastante informais e flexíveis, e conferem aos seus membros uma maior autonomia, criatividade e espírito de iniciativa. O domínio que apresentam das novas tecnologias de informação possibilita a experimentação de novas formas de mobilização que permitem aceder, acumular e divulgar informação quase que instantaneamente, chegar a um número cada vez maior de pessoas, e estender as redes de mobilização para além dos espaços nacionais.

O *cyberactivismo* é uma característica central do funcionamento destes movimentos e é essencial ao sucesso das ações que empreendem. Estes meios têm sido fundamentais para a constituição das redes de solidariedade através das quais estes movimentos operam e se difundem, e lançam as bases para um novo tipo de militância e de ativismo mais adaptados às exigências contextuais. O *cyberactivismo* permite ultrapassar barreiras de tempo e de espaço, abrindo as portas para uma modalidade de participação que não seja exclusivamente presencial e, conseqüentemente a sua expansão territorial.

Da observação do panorama internacional ressalta a presença de inúmeros movimentos e organizações de carácter similar que atuam em rede, o que lhes permite estarem em sintonia em termos temporais, de objetivos e de ações, e assim amplificarem a ressonância da mobilização levada a cabo. A interação é estabelecida a nível internacional e, por isso, tem um grande valor estratégico, conferindo-lhes maior impacto e visibilidade. A construção de uma rede de solidariedade transnacional por estes movimentos assume um carácter consistente, de que é exemplo a atividade da rede EuroMayDay que consegue articular a ação de inúmeros movimentos em dezenas de cidades europeias com o intuito de levar a cabo um dia internacional de combate à precariedade.

As razões para a militância nestes movimentos aproximam-se bastante da solidariedade com quem é afetado pela realidade da precariedade e da crença de que o envolvimento contribuirá, de alguma forma, para o combate efetivo da precariedade e da injustiça laboral. A motivação é fornecida pelo sentimento de envolvimento em algo que transcende os interesses particulares, em nome do bem comum e de um projeto alternativo de sociedade. Os estímulos à participação são a própria participação, a experiência de militância, o sentimento de estar a contribuir ativamente para uma causa.

A militância acarreta um grande investimento pessoal em termos de tempo dedicado e de recursos próprios disponibilizados, uma vez que estes movimentos não contam com apoios institucionais de carácter logístico ou monetário. O modo de funcionamento destes movimentos remete para a referência a um reatar de velhas solidariedades com novos elementos à mistura. Os movimentos de trabalhadores precários, através da mobilização que produzem, têm conseguido construir em torno da precariedade novas identidades coletivas e militantes.

A emergência destes movimentos em Portugal pode ser situada em 2006, com a constituição da ABIC (Associação dos Bolseiros de Investigação Científica s) e nos anos subsequentes a tendência de auto-organização de trabalhadores para os efeitos de protesto e de reivindicação generaliza-se.

Movimentos sociais do precariado que se destacam em Portugal hoje:

1. Fartos d'Estes Recibos Verdes (Ferve)

O FERVE foi fundado a 5 de Março de 2007 por Cristina Andrade e André Soares. Surgiu no Porto, mas a sua ação nunca se circunscreveu apenas a esta cidade. Define-se como um grupo de trabalho que tem como objetivo a ação em duas vertentes. A primeira é a contribuição para a criação de um espaço de partilha e de denúncia de situações de trabalho que configurem a utilização indevida de recibos verdes e dessa forma acabar com o isolamento a que estes trabalhadores se encontram votados; a segunda encontra-se voltada para a construção de um debate social alargado acerca desta vertente do trabalho precário de forma a retirá-la da invisibilidade, inserindo-a no discurso social, político e mediático. Em traços gerais, este movimento pretende chamar à atenção para e combater o carácter permanente dos “falsos recibos verdes” que, originalmente, eram vocacionados para a prestação de serviços (portanto, ocasionais ou de duração limitada) e dirigidos a trabalhadores autónomos (que não obedecem a hierarquias, estabelecem o próprio horário e possuem local de trabalho próprio) e, em particular, aos profissionais liberais. Consciencializar os trabalhadores de que se encontram submetidos a uma situação irregular e estão a ser alvo de “chantagem” com base na grave situação económica do país é um dos principais objetivos que está na base das ações empreendidas por este movimento. Pretende unir os atingidos e outras entidades interessadas numa “plataforma de luta alargada e unida na defesa dos direitos laborais” contra a passividade e conivência do Estado com esta situação e a impunidade daqueles que subvertem as regras do sistema.

Neste momento, em virtude de alterações substanciais no que concerne o enquadramento legal e a regulamentação das relações laborais, o Ferve tem vindo a alargar o seu âmbito, preocupando-se cada vez mais com questões que ultrapassam o estrito âmbito do falso trabalho independente e que se prendem com a acelerada precarização das relações laborais.

2. Precári@s Inflexíveis (PI)

Os Precários Inflexíveis (PI) surgiram na sequência da primeira experiência MayDay em Lisboa, em 2007. A sua constituição serve o

objetivo de dar continuidade ao trabalho realizado no âmbito do MayDay 2007, e como forma de dar resposta ao vazio existente no que diz respeito a grupos que se propusessem a suscitar a discussão em torno da precariedade e a empreender ações direcionadas para o seu combate. Propõem-se a “trilhar” o mesmo caminho que o Ferve (que os precedeu em escassos meses), optando, no entanto por um enfoque mais alargado e voltado para as múltiplas faces da precariedade. Inicialmente atuam preferencialmente na região de Lisboa, mas atualmente, e dado que se encontram em processo de formalização da sua constituição como associação, a sua ação e influência abrangem todo o país.

O blogue do PI¹² foi a primeira interface do movimento e desempenha um papel central na dinamização de todas as suas ações. Ficou online em 18 de Julho de 2007 e no primeiro *post* – o Manifesto Precário¹³ – definem-se como “precários no emprego e na vida”, denunciam a presença da precariedade em todos os sectores – desde o privado à administração pública -, e a invisibilidade a que se encontram votados. De acordo com o texto, pretendem “reinventar a luta”, o que significa que na génese da sua formação está o facto de as formas tradicionais (referindo-se às estratégias sindicais) carecerem de adequação ao contexto atual. As palavras de ordem são apelativas – “Precários sim, mas inflexíveis” – e reveladoras da sua determinação para combaterem a situação. Estes elementos seguem as tendências das experiências de auto-organização de trabalhadores que é possível identificar a nível europeu. A motivação para estas experiências advém do sentimento de marginalização decorrente das políticas governamentais que, em nome da modernização e enquanto medidas para fazer face à grave crise económica, conduzem a uma crescente precarização do trabalho.

À semelhança do que acontece com o Ferve, as ações iniciais do PI centram-se quase exclusivamente na divulgação e denúncia de situações de clara injustiça social e de ilegalidade que atingem inúmeros trabalhadores. O objetivo é, também, a construção da identidade de *trabalhador precário* e a tomada de consciência destes trabalhadores. O cyberactivismo é uma das faces mais visíveis tanto dos PI como dos Ferve, e o funcionamento e dinâmica de ambos apoia-se de forma substancial no blogue. No entanto, a “dependência” em relação às novas tecnologias de informação é maior no caso dos segundos. Os PI empreendem com grande regularidade ações “de rua” e o contacto “cara a cara” é considerado essencial. As ações públicas levadas a cabo pelo PI têm grande regularidade. Inicialmente caracterizam-se pela criatividade e

pelo recurso à ironia, mas têm vindo a assumir cada vez mais o carácter de interpelação direta do poder político. Atualmente, são um dos grupos mais ativos no que concerne a promoção e debate público da Iniciativa Legislativa de Cidadãos: a Lei contra a Precariedade. Esta iniciativa consiste num projeto – lei a ser votado na Assembleia da República, em que os proponentes apresentam soluções concretas no que diz respeito aos três principais vetores de precariedade laboral em Portugal: o falso trabalho independente, os contratos a prazo e o trabalho temporário.

Os Precários Inflexíveis seguem os princípios da estrutura em rede e possuem ligações, no plano internacional, com os seguintes movimentos: Agir Ensemble Contre Le Chômage (França), Chainworkers (Itália), Comando Precario (Itália), EuroMayDay Belgium (Bélgica), EuroMayDay (Europa), Génération Précaire (França), Il Manifesto (Itália), MayDay Sur (Espanha), Precarias a la Deriva (Espanha) e Telekemos (Espanha).

3. Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual (PIEA)

A Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual (PIEA) surgiu em Novembro de 2006 e reúne as principais associações e sindicatos do setor. As principais reivindicações desta plataforma remetem para o reconhecimento da intermitência inerente ao setor das artes e do espetáculo, permitindo assim o acesso à proteção no desemprego. Congrega catorze associações e sindicatos relacionados com as mais diversas vertentes do espetáculo, que são as seguintes: AIP- Associação de Imagem Portuguesa, Associação Novo Circo, ARA – Associação de Assistentes de Realização e Anotação, ATSP – Associação dos Técnicos de Som Profissional, Encontros do Actor, GDA- Gestão dos Direitos dos Artistas, Granular – Associação de Música Contemporânea, Movimento dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual, PLATEIA – Associação de Profissionais das Artes Cénicas, REDE – Associação de Estruturas para a Dança Contemporânea, RAMPA, Sindicato dos Músicos, SINTTAV – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual, e STE – Sindicato das Artes do Espetáculo.

A PIEA foi criada no âmbito do lançamento de uma petição unitária que reivindicava a criação de uma lei que enquadrasse o Regime Laboral dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual. Foi redigida

por um grupo heterogêneo de profissionais da área com o apoio das principais associações e sindicatos do sector, e teve por meta a recolha de 4000 assinaturas de forma a ser possível a sua discussão no Parlamento. No essencial reivindicava a criação de uma lei que enquadrasse devidamente a atividade destes profissionais, e de um regime específico que regularizasse o trabalho intermitente e garantisse o acesso aos direitos laborais. Tendo em conta o vazio legal existente relativamente ao exercício das atividades em questão, reivindicam um modelo de contrato de trabalho em que estejam estabelecidos os direitos mínimos e regras diferentes para os descontos obrigatórios. Consideram que os trabalhadores intermitentes das artes do espetáculo e audiovisual são penalizados em relação aos trabalhadores que são abrangidos pela Lei Geral do Trabalho e não gozam dos mesmos direitos laborais e sociais que abrangem a generalidade dos trabalhadores, já que são falsamente considerados trabalhadores independentes quando na verdade trabalham por conta de outrem.

A Plataforma dos Intermitentes apresentou um conjunto de princípios e de bases que servem de orientação e enquadramento para um estatuto profissional dos trabalhadores das artes do espetáculo e do audiovisual. Esta proposta surgiu na sequência da iniciativa legislativa apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Comunista Português e do reconhecimento da necessidade de tratamento legal das condições especiais de exercício profissional destes trabalhadores.

O estatuto profissional que a plataforma pretende ver aprovado deverá abranger todos os trabalhadores que exercem atividades de natureza intermitente, nos domínios das artes do espetáculo e do audiovisual, bem como os autores de obras protegidas nos termos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, desde que exerçam a sua atividade em moldes que correspondam em termos substanciais a trabalho por conta de outrem. O novo estatuto prevê alterações de fundo e a devida regulamentação relativamente ao regime contratual, à certificação profissional, à organização do tempo de trabalho e ao sistema de proteção social.

Em traços gerais, a PIEA teve, desde a sua criação, como objetivo fazer aprovar o mesmo tipo de estatuto que vigora em França, onde a questão da intermitência se encontra regulamentada de forma a garantir a segurança no que diz respeito aos direitos e garantias sociais dos profissionais do sector. Muitos dos membros da PIEA colaboram com outros movimentos contra a precariedade laboral, nomeadamente com o

MayDay, o que permite a interligação de objetivos e a colaboração na realização de ações.

As atividades desta plataforma culminaram, em Janeiro deste ano, na criação do CENA: o sindicato dos músicos, dos profissionais do espetáculo e do audiovisual.

4. MayDay

O MayDay é um dia de ação contra a precariedade laboral e, tal como o indica o significado da expressão (pedido de socorro, de ajuda), tem por objetivo chamar a atenção para esta questão e expressar o descontentamento de todos aqueles que se sentem afetados pelas proporções que os problemas da precariedade e da imigração ilegal têm vindo a tomar em território europeu. Celebra-se no dia 1 de Maio e é promovido na tentativa de atualizar o Dia do Trabalhador. A expressão MayDay representa, simbolicamente, a formulação de um pedido internacional de ajuda face aos efeitos da globalização neoliberal. O protesto é sobretudo dirigido ao poder político. É promovido por uma rede de grupos feministas, anti-capitalistas e de ação contra a precariedade laboral. Para além dos movimentos que se encontram na base do processo, o MayDay acolhe a participação de todos aqueles que quiserem dar um contributo, reunindo um conjunto de pessoas bastante heterogéneo. A criação desta rede transeuropeia encontra-se profundamente enraizada na ação dos movimentos anti-globalização, e baseia-se na ideia de que a luta anti-capitalista deve ultrapassar o âmbito restrito do sindicalismo e da luta pelos direitos dos trabalhadores, abrangendo outras questões que se prendem com a “mercantilização da vida”.

O MayDay não se restringe à realização de uma parada no dia 1 de Maio de cada ano. É, simultaneamente, um ponto de encontro e de partida. Não se trata de um acontecimento por si só, mas antes de um processo de mobilização contínuo que, de ano para ano, se expande e diversifica. Este processo, que culmina na realização da marcha, desenrola-se durante os meses que a antecedem (normalmente inicia-se em Fevereiro), envolve a realização de ações de divulgação - debates, demonstrações públicas criativas, distribuição de flyers, venda de artigos de propaganda para angariar fundos, etc. - e a realização de assembleias de carácter público em que, em conjunto, são tomadas todas as decisões relativas às ações e ao curso que o processo de mobilização segue. O *cyberactivismo* é, também neste caso, um elemento fundamental à dinâmica

e à forma como se processa a mobilização, já que envolve milhares de pessoas em diferentes cidades de diversos países.

A primeira parada MayDay ocorreu em Milão em 2001, estendeu-se a Barcelona em 2004 e a várias cidades por toda a Europa em 2005, formando a rede EuroMayDay. Estima-se que o número de participantes aumentou de 5.000 pessoas em Milão em 2001 para 50.000 em 2003, e 100.000 em 2004 (Milão e Barcelona juntos). Em 2005, cerca de 200.000 pessoas participaram em manifestações e ações EuroMayDay, principalmente na Europa Ocidental. Em 2006, apesar de alguns grupos terem desistido do processo, o número de cidades participantes cresceu ao ponto das paradas MayDay envolverem cerca de 300.000 pessoas no conjunto das vinte cidades Europeias aderentes. Os grupos que fazem parte da rede EuroMayDay encontram-se disseminados por toda a Europa e estão presentes nas seguintes cidades: Amsterdão, Barcelona, Berlim, Bremen, Copenhaga, Den Bosch, Estocolmo, Genebra, Gent, Gornja Radgona, Hamburgo, Hanau, Helsínquia, L'Aquila, León, Liège, Lisboa, Londres, Ljubljana, Málaga, Maribor, Marselha, Milão, Nápoles, Palermo, Porto, Sevilha, Terrassa, Tubingen, Viena e Zurique. A partir de 2006, a rede estendeu-se para além do território europeu e passou a marcar presença em Tóquio (a primeira cidade “extra europeia”), Fuchu, Fukuoka, Quioto, Machida, Sapporo, Sendai, Toronto e Tsukuba.

A criação do MayDay está profundamente enraizada no Movimento Anti-Globalização, como indica o facto de ter sido organizado como resposta ao que estes movimentos consideram ser a insuficiência do Fórum Social Europeu. As suas ações, na vertente específica de combate à precariedade, remontam a 2000 e têm como marco as greves dos trabalhadores *part-time* da Pizza Hut e do McDonald's que ocorreram no inverno desse ano. Estas mobilizações deram origem à primeira rede direccionada para o combate à precariedade em solo europeu – a *Stop Précarité*. Esta tem ligações com a AC!, CGT, SUD, CNT, Trotskyites e com outros elementos da esquerda radical francesa, assumindo um posicionamento de forte crítica política e social. Apesar de este ser apontado como o marco do início de ação dos movimentos de combate à precariedade, as suas raízes podem ser seguidas até o final dos anos 1990, altura em que começam a serem organizadas as Marchas Europeias contra o Desemprego, a Precariedade e as Exclusões (*Marches européennes contre le chômage, la précarité et les exclusions*). Trata-se de uma plataforma de associações que fundaram uma rede europeia de solidariedade que tem como objetivo propor

alternativas ao desemprego, à precariedade e à exclusão social, e pretende participar ativamente na emergência de uma resistência e de uma contra-ofensiva aos avanços do neoliberalismo.

A primeira edição do MayDay (Milão, 2001) foi promovida por redes e grupos anti-globalização que se preparavam para organizar um evento alternativo ao Fórum Social Europeu de Génova. Nesse âmbito, empreenderam ações de carácter inovador (com a utilização de carros alegóricos, música, etc.), extremamente criativas e que incorporavam elementos estéticos apelativos e carregados de simbolismo. Esta forma inovadora de celebrar o dia 1 de Maio pretende romper com a representação sindical tradicional.

5. O MayDay em Portugal

O MayDay teve a sua primeira edição em Portugal em 2007, na cidade de Lisboa. A ideia de reproduzir a experiência europeia surgiu a partir de um grupo de pessoas que de alguma forma se encontravam envolvidos no ativismo contra a precariedade laboral ou em outras vertentes (LGBT, movimentos de imigrantes, movimento estudantil, etc.). A ideia foi consolidada ao longo de um processo de mobilização que se baseou, principalmente, na realização de assembleias públicas, na distribuição de flyers e outros tipos de propaganda, e em algumas ações de “rua”. A todo este processo de mobilização é transversal uma “boa” dose de *cyberactivismo*, tempo para o seu desenvolvimento e a heterogeneidade das pessoas envolvidas. O resultado da mobilização de 2007, embora tenha sido modesto em comparação as demais cidades europeias, foi bastante positivo; e, na sequência da realização de reuniões de balanço formaram-se os Precários Inflexíveis com o objetivo de dar continuidade ao trabalho que tinha sido empreendido (aqui é clara a ideia de “MayDay como ponto de partida”). Vários movimentos de trabalhadores precários que já existiam em Portugal nessa altura, como por exemplo, os Ferve, participaram de forma ativa no processo de realização de assembleias e nas ações, e marcaram presença na marcha.

A organização do MayDay repetiu-se no ano seguinte (nessa altura já como MayDay Lisboa) e em 2009 a iniciativa estendeu-se à cidade do Porto. Os Ferve desempenharam um papel fundamental no processo de criação do MayDay Porto ao convocarem uma primeira assembleia com o intuito de aferirem vontades e a viabilidade da reprodução da iniciativa. O número de pessoas presentes foi suficiente para se concluir sobre a existência de recetividade à ideia, e foi dado início ao processo de

mobilização. A partir daí sucederam-se ações públicas de divulgação (debates, ações, festas, distribuição de *flyers*) e um trabalho intenso de *cyberactivismo*. A marcha realizou-se, como previsto, no dia 1 de Maio; o percurso foi feito de forma independente e no final a marcha MayDay Porto integrou a marcha da USP (União de Sindicatos do Porto).

Em finais de Fevereiro de 2010 foi constituído o MayDay Coimbra. Seguiu os mesmos passos que os outros dois MayDay's (assembleias públicas, criação de um blogue, promoção de debates, divulgação de materiais, distribuição de *flyers*), mas o processo de mobilização acabou por revelar-se incipiente dado que não foi alvo de reprodução nos anos posteriores. Este ano o grupo não se propôs a organizar a parada em Coimbra, mas procurou mobilizar o maior número de pessoas para que estas integrassem uma das paradas MayDay existentes.

6. Que Se Lixe A Troika

O Que Se Lixe a Troika (QSLT) surge num momento de grave crise económica, política e social em Portugal. Tem agitado de forma contundente tanto a sociedade civil como a sociedade política dos partidos e o governo. A ação desta plataforma de mobilização responde à imposição da austeridade cega que é patrocinada pela coligação do governo (a maioria PSD/CDS-PP)¹⁴ e pela chamada *troika* constituída pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia. No seguimento da eclosão da crise das dívidas soberanas, e como já foi referido anteriormente, Portugal, à semelhança de outros países, viu-se obrigado a proceder a uma série de reformas estruturais, entre as quais a dita reforma do Estado. Esta corresponde liminarmente à destruição do Estado Social construído após a revolução de 25 de Abril de 1974 e é acompanhada pela liquidação de direitos sociais conquistados, destruição do emprego assalariado, redução das funções sociais do Estado ao mínimo em matérias de segurança social, educação e saúde, entre outras coisas, colocando o país e os seus cidadãos numa situação insustentável de rutura eminente. A austeridade e o ideário neoliberal foram “injetados” na sociedade portuguesa como se da única alternativa se tratassem.

Perante este contexto de degradação acelerada das condições de vida e do futuro, a sociedade não teve alternativa e mobilizou-se. Já o havia feito em Março de 2011 quando, no dia 12, várias cidades portuguesas receberam nas suas ruas uma enchente de indivíduos que

protestaram contra a classe política, o governo, as medidas de contenção orçamental (o PEC IV – Pacto de Estabilidade e Crescimento), em suma, contra a ausência de uma perspectiva de futuro. O protesto ficou conhecido como a “Geração À Rasca” e muito embora tenha abalado o governo em exercício, não produziu mudanças em termos institucionais. No entanto, o protesto serviu o propósito de consciencialização de uma enorme camada da população, serviu de embrião para um ciclo de mobilizações que termina agora e, de certa forma, foi a primeira pedra na construção de um novo bloco histórico que fará a oposição à hegemonia neoliberal.

O ano de 2012 e o primeiro semestre de 2013 são o período em que a contestação subiu de tom e a oposição à imposição de uma “sociedade da austerid”¹⁵ ganhou força. Já em 2011, após a manifestação de 12 de Março, as mobilizações continuaram amiúde, acompanhando o anúncio e aplicação das medidas plasmadas no memorando de entendimento assinado pelo governo português e a troika e que colocou em marcha o programa de assistência económica ao país. Amplos setores da sociedade civil e o movimento sindical mobilizaram-se e a contestação não esmoreceu desde então. Sucederam-se, desde Março de 2011, três greves gerais (em 24 de Novembro de 2011, 14 de Novembro de 2012 e 22 de Março de 2013), inúmeras greves setoriais, ações de luta, entre outras. No entanto, apesar do crescendo de mobilização, a política de austeridade continuou a sua escalada até níveis insustentáveis.

Em Setembro de 2012, o país entra novamente em ebulição com o anúncio da subida da Taxa Social Única (TSU) para os trabalhadores e a sua descida para os patrões. Esta foi também a altura em que decorria a 5ª avaliação ao programa de ajustamento. Um conjunto de cidadãos anónimos, a maior parte deles ligados a ativismos anteriores, reuniu-se na capital portuguesa, Lisboa, e decidiu, perante o estado de emergência social em que se encontrava o país, lançar o repto para uma nova manifestação a ter lugar no dia 15 de Setembro. “Que Se Lixe a Troika, queremos as nossas vidas!” foi como ficou conhecida. A manifestação foi divulgada através do facebook e demais redes sociais. Automaticamente, indivíduos de outras cidades do país, envolvidos ou não nas redes de ativismo, aderiram ao evento e propuseram-se a lançar a manifestação nas suas cidades. Para além da rápida e eficaz disseminação do evento através das redes sociais do cyberativismo, o QSLT foi também ativamente promovido pelos meios de comunicação social – televisões, rádio, jornais – que na altura assumiam, pelo menos uma

grande parte deles, uma posição muito crítica em relação às medidas tomadas pelo governo. O QSLT forjou-se em torno das reivindicações formuladas com clareza (ao contrário do que havia acontecido em 12 de Março de 2011) de demissão do governo, expulsão da troika do país e eleições antecipadas. Chegou o dia da manifestação e a população respondeu em massa. A participação ascendeu a largos milhares, superando as expectativas. Estruturas partidárias e sindicais não se fizeram representar oficialmente, mas os seus membros participaram a título individual. O consenso em torno da inevitabilidade da austeridade caiu de uma vez por todas, apesar do governo ter desvalorizado a expressão de descontentamento nas ruas.

A mobilização de 15 de Setembro imprimiu um novo impulso à onda de contestação. Ao ter politizado a contestação da sociedade civil, o QSLT atraiu para as suas fileiras outros setores sociais que até à data se tinham mantido de parte e recebeu o apoio, ainda que muitas das vezes dissimulado, de atores políticos dos partidos da oposição, de ativistas do movimento sindical e de sindicatos. A expressão de apoio de pessoas ligadas aos setores intelectual, das artes e do espetáculo foi de tão representativa que foi marcada uma nova mobilização, o Que Se Lixe a Troika – Manifestação Cultural, que aconteceu em 13 de Outubro desse ano e que reuniu, em algumas cidades do país, artistas que se predispuseram a atuarem em palcos ao ar livre em nome de uma união popular contra a austeridade. Sucederam-se outras iniciativas e surgiu no horizonte, dada a cada vez maior agressividade das medidas impostas às populações e a rápida degradação do clima político, a convocação de um novo protesto. Desta vez o mote é “Que Se Lixe a Troika, O Povo é Quem Mais Ordena!” e transmite uma mensagem clara: amplos setores da população portuguesa querem que o atual governo se demita. A mobilização para esta manifestação seguiu os trâmites habituais: colagens de cartazes, panfletagem e divulgação nas redes sociais. Para além disso, foram enviados mails para várias estruturas do movimento sindical e em particular para a Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP, uma das duas centrais sindicais existentes em Portugal), informando da manifestação, das suas razões e apelando à participação de todos. A resposta do movimento sindical não se fez esperar e, durante o discurso de encerramento da manifestação de 16 de Fevereiro da CGTP, em Lisboa, o secretário-geral da central sindical, Arménio Carlos, apelou à participação de todos os que se opõem às políticas de austeridade na manifestação de 2 de Março. O apelo surtiu efeito e o

movimento sindical, embora não estivesse identificado, participou amplamente na manifestação. Também vários partidos políticos o fizeram nos mesmos moldes.

A mobilização foi considerada, pelos seus promotores no Porto e em Lisboa, um sucesso. Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas para pedirem, mais uma vez, a demissão imediata do governo e o fim da austeridade. Para este resultado contribuiu em grande medida a inovação no repertório de estratégias a serem utilizadas pela plataforma para divulgar a manifestação. Em particular, as “grandoladas”¹⁶ e as receções a membros do governo ou outras pessoas, sejam empresários, representantes das instituições internacionais. As “grandoladas” representam a vontade férrea do povo em opor-se à dominação e são um símbolo da unidade popular. Durante os meses que precederam o protesto de 2 de Março, vários representantes e membros do governo foram recebidos nos atos públicos em que participavam com coros de vozes que entoavam a “Grândola, Vila Morena”, cartazes e palavras de ordem que exigiam a demissão imediata.

Assim se desenrolou um processo de mobilização cujos efeitos ainda não se fizeram sentir com toda a amplitude. Até agora, a principal mudança foi, sem sombra de dúvida, a formação ainda em curso de um novo bloco histórico que contraria o bloco hegemónico neoliberal. A contestação à austeridade e ao seu modelo de sociedade não são um exclusivo de Portugal. A onda de contestação estende-se por toda a Europa, e mesmo para além dela, sublinhando a unidade em torno de um objetivo comum. Acima de tudo, foi quebrado o consenso em torno da hegemonia neoliberal, e, a partir daqui, novas possibilidades se apresentam.

Notas

* Giovanni Alves é livre-docente e professor da UNESP, pesquisador do CNPq, autor de vários livros na área de trabalho e sindicalismo. É autor de “Trabalho e Subjetividade” (Boitempo editorial, 2011) e “Dimensões da Precarização do Trabalho” (Práxis, 2013) E-mail: giovanni.alves@uol.com.br

** Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Economia e no Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: dorajfonseca@gmail.com

¹ DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *The crisis of neoliberalism*. Harvard Press University. New York, 2011; HARVEY, David. *O enigma do capital*. Boitempo editorial. São Paulo, 2011.

² Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>, acessado em 5 de Junho 2013.

³ ESTANQUE, Elísio. *Classe média – Ascensão e Declínio*. FFMS. Lisboa, 2011.

⁴ ALVES, Giovanni. *A condição de proletariado*. Editora Praxis. Bauru, 2009; _____, *Dimensões da Precarização do Trabalho*. Editora Praxis. Bauru, 2013.

⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2007) *A Ideologia Alemã*, Boitempo editorial. São Paulo, 2007.

⁶ MATOS, José Nuno; DOMINGOS, Nuno; KUMAR, Rahul. *Precários em Portugal*. Le Monde Diplomatique. Lisboa, 2011.

⁷ Dados disponibilizados pelo Observatório das Desigualdades. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt>.

⁸ PINTO, Ana Filipa. *Á Rasca – Retrato de uma Geração*. Planeta. Lisboa, 2011.

⁹ MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2007; _____, *A crise estrutural do capital*. Boitempo editorial. Boitempo editorial, São Paulo, 2009.

¹⁰ ALVES, Giovanni. Precários Inflexíveis. In: CineTrabalho, 2011. Disponível no site: www.vimeo.com/canalcinettrabalho.

¹¹ *Idem*.

¹² <http://www.precariosinflexiveis.org>

¹³ É um manifesto de apelo à ação, de forma a quebrar o silêncio sobre a questão e para que sejam tomadas medidas concretas. É dirigido a todos aqueles que de alguma forma vêm a sua vida ser afetada pela precariedade laboral.

¹⁴ Respetivamente, Partido Social Democrata e Partido do Centro Democrático Social.

¹⁵ O conceito “sociedade da austeridade” é proposto e desenvolvido por FERREIRA, António Casimiro. *Sociedade da Austeridade e direito do trabalho de exceção*. Vida Económica – Editorial. Porto, 2012.

¹⁶ As “grandoladas” consistem em cantar, a membros do Governo ou a outros considerados representantes ou promotores das políticas de austeridade e do ideário neoliberal, a música “Grândola, Vila Morena” do cantor português de música de intervenção Zeca Afonso. Esta música é um símbolo da resistência à ditadura fascista do Estado Novo em Portugal, personificada por Oliveira Salazar.

Data de envio: 25/01/2013

Data de aceite: 09/02/2013